

**A TERRITORIALIZAÇÃO DA FOME E DA POBREZA EM
NOVA AMÉRICA DA COLINA-PR**

**THE TERRITORIALIZATION OF HUNGER AND POVERTY IN
NOVA AMÉRICA DA COLINA-PR**

Vanessa do NASCIMENTO¹
Vanessa Maria LUDKA²

Resumo: A destruição a cada ano de dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças pela fome é o escândalo do nosso século já dizia Ziegler (2013 p.21). Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo analisar a territorialização da fome e da pobreza no município de Nova América da Colina – PR. Os procedimentos metodológicos nesta pesquisa foram revisão bibliográfica em artigos e livros relacionados ao tema e levantamento de dados secundários em órgãos governamentais como, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Atlas de Desenvolvimento Brasileiro, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico. Os resultados mostraram que a alta taxa de vulnerabilidade social do município foi causada principalmente pelo fechamento de uma grande empresa de cana de açúcar que oferecia emprego para boa parte da população. Desta forma, conforme dados de 2021, 89,04% da população está inserida no Cadastro Único e 20,72% recebem o Programa Bolsa Família, o que significa que 68,32% estão sem assistência vivendo em situação de pobreza ou até mesmo em situação de fome no município.

Palavras-chave: Território; Insegurança alimentar; Bolsa família; Miséria.

Abstract: The destruction each year of tens of millions of men, women and children by hunger is the scandal of our century, as Ziegler said (2013 p.21). Thus, this research aims to analyze the territorialization of hunger and poverty in the municipality of Nova América da Colina – Parana State. The methodological procedures in this research were bibliographic review in articles and books related to the theme, and survey of secondary data, in government agencies such as the, Brazilian Institute of Geography and Statistics, Atlas of Brazilian Development, Paraná Institute of Economic Development. The results showed that the high social vulnerability rate in the municipality was caused mainly by the closing of a large sugar cane company that provided jobs to a large part of the population. Thus, according to data from 2021, 89.04% of the population is enrolled in the Unified Registry and 20.72% receive the Bolsa Família Program, which means that 68.32% are without assistance living in poverty or even hunger in the municipality

Keywords: Territory; Food insecurity; Family allowance; Misery.

Introdução

A fome e a pobreza no Brasil são resultados de seu passado sócio-histórico, e não se deve à carência de alimentos, mas a falta de recursos financeiros por parte da população para

¹ Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Especialista em Gestão Pública Municipal. E-mail nascvanessa@hotmail.com

² Doutora em Geografia. Professora do curso de Licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGEN da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa Geofome. E-mail: vanessaludka@uenp.edu.br

comprar esses alimentos. Portanto, a solução para o problema da fome e da pobreza é o desenvolvimento de políticas sociais que diminuam essa situação de vulnerabilidade social, amplie a distribuição e o acesso a renda. Dessa forma, foi criado no ano de dois mil e três o Projeto Fome Zero, com a finalidade de combater a fome no Brasil. Com o mesmo objetivo, a partir do Projeto Fome Zero, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF), a fim de combater a pobreza no país que, no mês de novembro de 2021, passou a se chamar Auxílio Brasil.

Dentre os municípios do estado do Paraná em situação de vulnerabilidade social e que necessitam de programas como o PBF, destacou-se Nova América da Colina, que possui uma população estimada de 3.424 habitantes (IBGE, 2021), em que 89,04% da população encontra-se em situação de vulnerabilidade social.

Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo analisar a territorialização da fome e da pobreza no município de Nova América da Colina – PR. O texto foi dividido em três momentos, além da introdução, procedimentos metodológicos e considerações finais. No primeiro momento discutiu-se teoricamente a territorialização da fome e da pobreza. Já no segundo momento analisou-se a territorialização da fome e da pobreza em Nova América da Colina – PR, e na sequência os problemas socioeconômicos do município.

No que se refere aos dados levantados na presente pesquisa, foi constatado que são altas as taxas de vulnerabilidade social do município. Essa alta taxa se deve principalmente ao fechamento de uma grande empresa de cana de açúcar que oferecia emprego para boa parte da população local. Desta forma, conforme dados de 2021, 89,04% da população estão inseridas no Cadastro Único (CadÚnico) e apenas 20,72% receberam o PBF, o que significa que 68,32% estavam em situação de vulnerabilidade social podendo estar em situação de pobreza, extrema pobreza e até mesmo em situação de fome.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa foi conduzida por meio de duas técnicas metodológicas: revisão de literatura e dados secundários coletados em órgãos governamentais. A revisão de literatura foi embasada nos seguintes autores Castro (1961 e 2001), Caparrós (2016), Ziegler (2012), Santos (2009), entre outros. Os dados secundários foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Atlas de Desenvolvimento Brasileiro e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico (IPARDES).

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa. Uma pesquisa qualitativa visa compreender os fenômenos humanos e buscar obter uma visão detalhada e complexa desses fenômenos por meio da análise científica. Já a pesquisa quantitativa é uma modalidade de pesquisa que atua sobre problemas humanos ou sociais, e é composta por variáveis quantificadas em números, as quais são analisadas de modo estatístico (KNECHTEL, 2014). A correlação dessas metodologias podem conduzir a resultados mais aprofundados, complexos e interessantes para esta análise.

Por fim, se faz necessário a utilização de duas equações, que de acordo com Ludka, Pereira e Mello (2022), tais equações tem o propósito de determinar a porcentagem de pessoas cadastradas no Cadastro Único, atendidas pelo Programa Bolsa Família e pelo Auxílio Emergencial, no município de Nova América da Colina – PR, tendo como base os dados secundários coletados do Ministério da Cidadania - MDS e do Portal da Transparência.

Sendo assim, para calcular a porcentagem de pessoas atendidas pelo PBF, utilizou-se dos dados disponibilizados pelo MDS no mês de setembro de 2021 e a seguinte fórmula:

$$\% \text{ Pessoas atendidas pelo PBF} = \frac{NF \times 3,3}{PE} \times 100 \quad (\text{Equação 1})$$

Em que: PBF - Programa Bolsa Família; 3,3 - quantidade de pessoas que compõem as famílias brasileiras segundo o IBGE; NF - número de Famílias atendidas pelo programa; PE - População estimada.

Para calcular a porcentagem de pessoas atendidas AE, utilizou-se dos dados referentes ao mês de agosto de 2020 do Portal da Transparência e a seguinte fórmula:

$$\% \text{ Pessoas atendidas pelo AE} = \frac{VR}{600} = x \quad \text{então } \frac{x}{PE} \times 100 \quad (\text{Equação 2})$$

Em que: AE - auxílio emergencial; VR - valor recebido por município; PE –população estimada; e 600 - valor médio recebido por pessoa.

Para realizar os cálculos a respeito do Cadastro Único, foi utilizada a mesma fórmula do PBF substituindo o número de famílias atendidas pelo número de famílias cadastradas.

Para se obter os dados a partir da aplicabilidade das fórmulas, primeiramente levantou-se os dados secundários: número de famílias cadastradas no CadÚnico e número de famílias atendidas pelo PBF referentes ao mês de setembro de 2021, disponibilidades pelos MDS. Na sequência foram levantados também o número de pessoas atendidas pelo Auxílio Emergencial

no mês de agosto de 2020 disponibilizados pelo Portal da Transparência, bem como a quantidade de pessoas que compõem as famílias brasileiras disponibilizadas pelo IBGE (2016), após o levantamento de dados aplicou-se a fórmula para chegar nos resultados que serão discutidos no capítulo “A territorialização da Fome e Pobreza no município de Nova América da Colina – PR”.

A territorialização da Fome e a Pobreza

Primeiramente, deve-se considerar a dimensão territorial, como sendo não apenas um objeto de estudo geográfico, mas tendo a leitura multidisciplinar uma fundamental importância ao entendimento da mesma. Neste sentido, conceituando território:

Conceito derivado do espaço, o conceito maior, o território é produto da apropriação de um dado segmento do espaço por um dado grupo social, nele estabelecendo-se relações políticas de controle ou relações afetivas, identitárias, de pertencimento. O mundo moderno é recoberto por inúmeros territórios, justapostos ou parcial ou totalmente recobertos entre si, contínuos ou descontínuos, permanentes ou temporários. Esta pluralidade de territórios aponta para sua força como componente essencial para a vida social. (CORRÊA apud HAESBAERT, 2004, s/p).

Sobre a abrangência do conceito de território, Haesbaert (2004, p. 37) diz ainda que:

Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, tem uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com um enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir das relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como uma fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir da intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

A Geografia é de grande importância para entender a questão da fome ao analisar como o território reflete as desigualdades sócio-espaciais e os processos que perpetuam a fome

(LUDKA 2016). Em 2018, cerca de 10,3 milhões de pessoas estavam em situação de fome no Brasil, já em dezembro de 2020, esse número aumentou para 19 milhões, o que é ainda mais alarmante, pois em tão pouco tempo o número de pessoas nesta situação teve um acréscimo de quase 9 milhões (PENSSAN, 2021). Segundo Josué de Castro (2001 p. 280) “a fome no Brasil resulta do seu passado histórico, de suas lutas e quase nunca em harmonia com os quadros naturais, aventura desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva”.

A fome sempre foi a causa de grandes mudanças sociais, avanços tecnológicos, revoluções e contrarrevoluções. Portanto, na história, não há nada mais impactante do que a fome, e não há doenças e guerras que possam matar mais pessoas do que a fome. Mas nenhuma praga é tão mortal quanto a fome, e pode ser prevenida imediatamente. A fome é um fenômeno que causa mais mortes a cada dia do que a AIDS, tuberculose e malária juntas (CAPARRÓS, 2016).

A fome está intrinsecamente ligada ao território onde ocorre e pode impedir o acesso dos cidadãos a direitos sociais básicos. É uma questão nacional que deve ser abordada coletivamente pelos governos federal, estaduais e municipais, bem como pela sociedade em geral (DE MELO JUNIOR et al., 2016).

A fome pode ser definida como a ingestão insuficiente de calorias total correspondente à energia consumida pelo organismo (ABRAMOVAY, 1985). Já Para Alcântara (2000) a fome é sinônimo de subalimentação, sendo assim ela determina toda a carência nutricional de caráter consistente.

“Todo aquele que ingere diariamente, em média, quantidades menores de calorias e proteínas que o definido como patamar de saúde, passa fome. Essa situação leva à formação de sequelas, tão mais graves e menos reversíveis quanto menor a idade do faminto” (ALCÂNTARA, 2000 p. 5).

A palavra fome nos remete a três coisas: “vontade e necessidade de comer, escassez de alimentos básicos, que provoca carestia e miséria generalizada; apetite ou desejo por algo” (CAPARRÓS, 2016, p. 21). A falta de uma alimentação saudável com a ingestão de vitaminas e minerais pode causar vários problemas de saúde como: maior vulnerabilidade a doenças infecciosas, cegueira, anemia, letargia, diminuição da capacidade de aprendizagem, retardo mental, deformidade congênita e até mesmo a morte (ZIEGLER, 2013). Entretanto, Caparrós (2016) destacou que significa mais do que isso, pois muitos evitam usar a palavra fome e preferem utilizar de palavras que não remetem efeitos emocionais. Para tanto, falam de subalimentação, de desnutrição, de má nutrição, de insegurança alimentar, e tais termos acabam

por confundir quem os lê. Pois, não têm o mesmo poder explicativo e não conseguem traduzir o verdadeiro significado da palavra fome (FREITAS, 2002).

Para Castro (1961, p. 79):

O primeiro dos nossos objetivos é demonstrar que a fome, apesar de constituir fenômeno universal, não traduz uma imposição da natureza. Estudando a fome em diferentes regiões da Terra, poremos em evidência o fato de que, geralmente, não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome, e sim certos fatores culturais, produto de erros e defeitos graves das organizações sociais em jogo. A fome determinada pela inclemência da natureza constitui um acidente excepcional, enquanto a fome como praga feita pelo homem constitui uma condição habitual nas mais diferentes regiões da Terra: toda terra ocupada pelo homem tem sido por ele transformada em terra da fome.

Desta maneira Jean Ziegler (2012, p. 19) relatou que “a fome se assemelha ao crime organizado”, pois de todos os direitos humanos, o direito à alimentação é o mais infringido, pois a fome é “a principal causa de morte e desamparo em nosso planeta” (p. 22).

De acordo com Jean Ziegler (2013), para melhor compreender a Geografia da Fome, é necessário abordar sobre a fome conjuntural e estrutural.

[...] a “fome conjuntural” é provocada pela derrocada brutal, imprevista, e em curto prazo de toda a infraestrutura econômica e social de uma sociedade. Como, por exemplo, a devastação e desnutrição de campos, estradas e poços de uma seca ou de um furacão; ou como consequência de uma guerra [...]. A “fome estrutural” corresponde à falta permanente de alimentos, à ausência persistente de uma alimentação adequada. Ela se deve ao subdesenvolvimento geral da economia de um país, à insuficiência de suas forças de produção e de suas infraestruturas e à extrema pobreza da maioria dos seus habitantes. As pessoas morrem lentamente por causa do grande número de doenças que as assolam, da falta de vitaminas ou do kwashiorkor. Resumindo, a “fome estrutural” não provém de uma catástrofe externa, mas é inerente às estruturas da sociedade (ZIEGLER, 2012, p. 32).

Jean Ziegler (2012), também relatou sobre a “fome invisível”:

Para designar a má nutrição, as Nações Unidas utilizam habitualmente a expressão “*silent hunger*” – “fome silenciosa”. No entanto, as vítimas clamam. De minha parte, prefiro falar em “fome invisível”, imperceptível ao olhar, às vezes também ao olhar do médico. Uma criança pode apresentar um corpo aparentemente bem alimentado, com peso correspondente ao das crianças de sua idade e, apesar disso, estar corroída pela má nutrição – estado perigoso que, como a falta de calorias, pode levar à agonia e à morte (ZIEGLER, 2012, p. 40).

Jean Ziegler (2012), disse ainda que:

Dolorosa é a morte pela fome. A agonia é longa e provoca sofrimentos insuportáveis. Ela destrói lentamente o corpo, mas também o psiquismo. A angústia, o desespero e um sentimento de pânico e solidão e de abandono acompanham a decadência física (ZIEGLER, 2012 p. 20.).

Se conceituar fome não é uma tarefa fácil porque existem múltiplas definições e explicações, o problema se torna ainda maior quando se tenta conceituar a pobreza. De um modo geral, a pobreza passa a ser definida como uma situação em que as necessidades básicas não são plenamente atendidas. É considerada o resultado do comportamento humano e como ele afeta a sociedade (LUDKA, 2016). Desta forma, pode-se dizer que onde existe fome, há pobreza, entretanto, nem sempre onde existe a pobreza, há fome (MONTEIRO, 1955). Segundo Ludka (2016, p. 61 - 62):

[...] um indivíduo, ou toda uma sociedade, poderá estar livre da fome e ainda assim ser pobre, bastando que sua pobreza se expresse por meio do não-acesso à educação e a cuidados de saúde, de condições insalubres de moradia ou por meio de outras carências materiais igualmente importantes. A situação inversa, ocorrência de fome na ausência de uma situação de pobreza, ocorre apenas excepcionalmente e sempre por tempo determinado, como por ocasião de guerras, cercos e cataclismas.

Elevados índices de pobreza estão associados à desigualdade de renda, e não à insuficiência de renda para atender as necessidades básicas de toda uma população. Neste sentido, conceituando a pobreza, Santos (2009) salientou que um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre por conta da quantidade em que consome (mais ou menos), a definição de pobreza deve ir além desses dados estatísticos, pois a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas sim, acima de tudo, uma categoria política (SANTOS, 2009).

Segundo Sen (2010), a pobreza necessita de ser entendida como um estado de privação de liberdade (ou liberdade de escolha), podendo espelhar-se em morte precoce, baixos índices educacionais, desemprego, morbidez, exclusão social, dentre outras deficiências.

De acordo com o Projeto Fome Zero (2001), a pobreza não é algo furtivo, ocasional, mas sim o resultado de um modelo de crescimento perverso, assentado em salários muito baixos e que tem levado à crescente concentração de renda e ao desemprego. Infelizmente esse quadro vem piorando nos últimos anos com o crescimento do desemprego e o aumento do gasto com alimentação fora de casa, e outras despesas não alimentares (moradia, transporte, saúde, educação) das famílias mais pobres.

O projeto Fome Zero³ contribuiu para a convivência entre políticas de desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, e favoreceu a agricultura familiar, o desenvolvimento agrário e a geração de emprego e renda, além de ter assegurado o direito ao acesso à alimentação, e proporcionado acesso aos alimentos a partir de transferências de renda direta para as famílias, com destaque para o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2010).

O Programa Bolsa Família nada mais é que uma política de transferência de renda, que reuniu vários outros programas em um único. Ele foi criado através da Medida Provisória nº 132, de outubro de 2003, e convertido na Lei 10.836 em 9 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2021). Segundo o Ministério da Cidadania (2021) foi o primeiro programa de transferência de renda diretamente para as mulheres. A Bolsa Alimentos criada no governo Fernando Henrique Cardoso, o plano Auxílio-Gás, o registro único do governo federal e a unificação do Bolsa Escola, implementada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, atualmente toda essa assistência está incluída no programa de subsídio familiar por meio do Cadastro Único (CAMPELLO; NERI, 2013). Os requisitos básicos para participação no programa são: famílias com renda per capita entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais, desde que tenham filhos ou adolescentes de 0 a 17 anos (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Além desses requisitos, para participar do programa, as famílias precisam estar incluídas no Cadastro Único (CadÚnico), sistema que possibilita conhecer a realidade socioeconômica das famílias com renda de até meio salário-mínimo por pessoa, ou renda total de até três salários-mínimos, constando informações como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, o grau de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família.

É através dessas informações que o poder público nos níveis federal, estadual e municipal, conta com um grande e atualizado mapa da pobreza, que possibilita identificar quem são, onde estão e quais as características e necessidades das famílias brasileiras de baixa renda. Os beneficiários pelo PBF devem manter seus cadastros atualizados. Mesmo que não haja alterações, é fundamental a confirmação dos dados a cada dois anos. (MDS, 2010).

Desta forma, a fome e a pobreza devem ser tratadas como um problema de todos, e é dever do Estado realizar políticas públicas a fim de criar condições de acesso à renda, bens e serviços à sociedade. No município de Nova América da Colina - PR, onde a fome e a pobreza

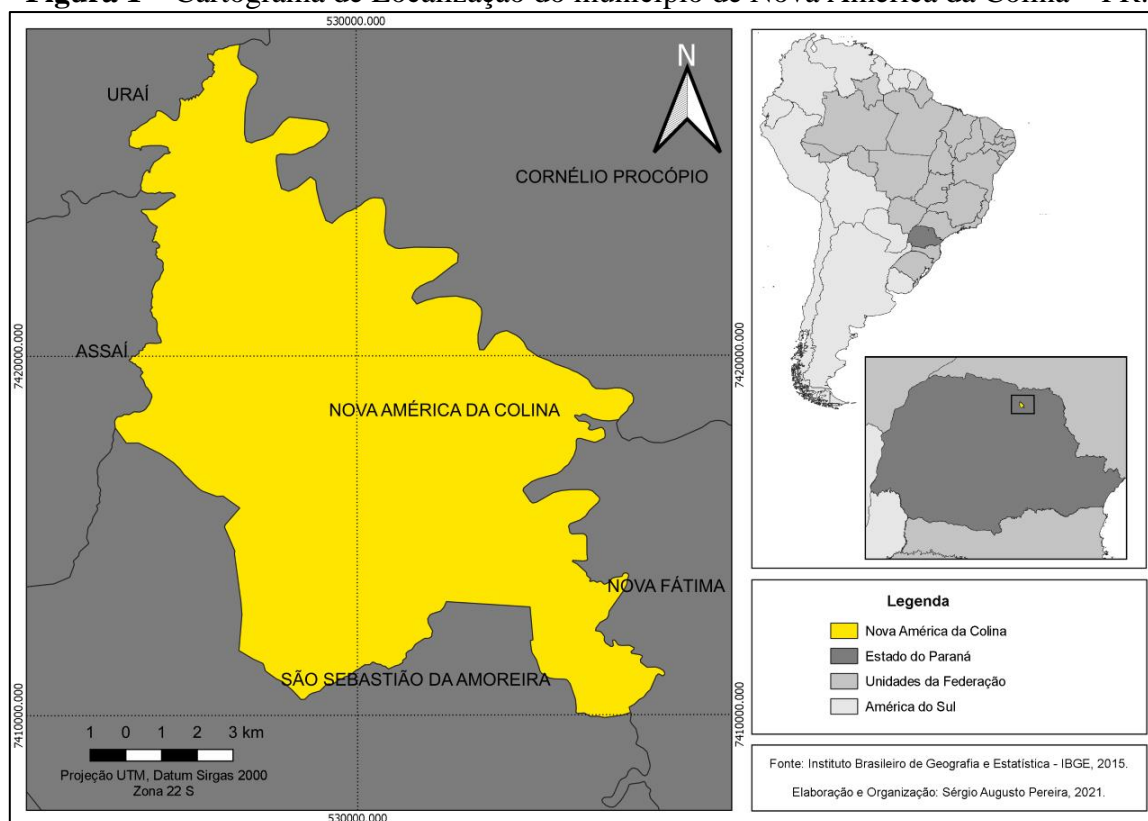
³ O Programa Fome Zero foi implantado no primeiro mandato do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que tinha por prioridade combater à fome. Criado em 2003, o Fome Zero foi uma resposta do Estado brasileiro no rumo de solidarizar o direito humano à alimentação, que adentraria nos direitos sociais constitucionais somente em 2010.

estão presentes na casa de boa parte dos habitantes, muitos não possuem o mínimo para viver, e o programa Bolsa Família faz a diferença na vida dos beneficiários.

A territorialização da Fome e Pobreza no município de Nova América da Colina – PR

O município de Nova América da Colina localiza-se na mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense e faz divisa com os municípios de Cornélio Procópio, Nova Fátima, São Sebastião da Amoreira, Assaí e Uraí. Está a 382,73 Km da capital Curitiba e possui uma área territorial de 129,476 km² (IBGE 2021) (Figura 1).

Figura 1 – Cartograma de Localização do município de Nova América da Colina – PR.



Fonte: (IBGE, 2015); **Org.:** Sérgio Augusto Pereira, 2021.

O município de Nova América da Colina foi fundado pelo engenheiro civil Dr. Ismael Geraldo Veloso Leite, que escolheu a denominação de Nova América da Colina desde seus primeiros dias, tendo como referência o descobrimento da América e da Colina, isso devido à topografia do lugar e para diferenciar de uma cidade homônima no estado de Goiás. Em 1947, a empresa Leon Israel Exportadora Agrícola Ltda. era detentora de uma grande quantidade de terras no estado do Paraná. Desta forma, decidiu por vender parte de suas terras para loteamento

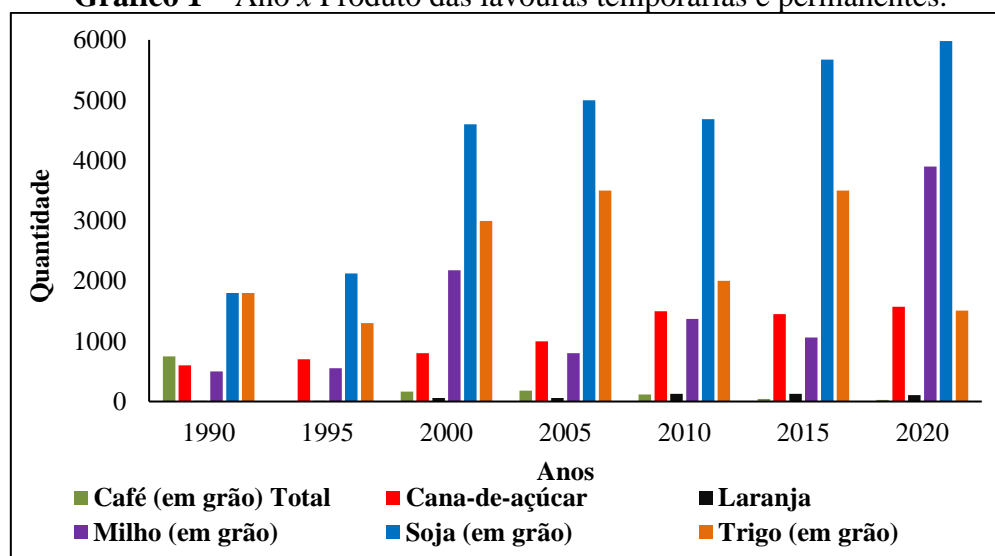
naquela região. O engenheiro Ismael Leite comprou vários lotes de terras para fundar uma fazenda. Em 1948, várias empresas e profissionais liberais começaram a chegar de várias regiões do estado e do Brasil para ali firmarem moradia, pois acreditavam muito naquele povoado (IBGE, 2021).

Pela Lei Estadual nº 790, de 14/11/1951, o povoado de Nova América da Colina foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, com território jurisdicionado ao município de São Sebastião da Amoreira. Em 25 de julho 1960, por meio da Lei Estadual nº 4.245, foi criado o município, que teve território desmembrado de São Sebastião da Amoreira. A instalação deu-se em 31/10/1961 (IBGE, 2021).

De acordo com o último censo (2010), o município possuía 3.478 habitantes, e no ano de 2021 apresentou uma população estimada de 3.424 pessoas, com densidade populacional de 26,86 hab./km²; e uma população economicamente ativa de 1.704 pessoas, já a população ocupada, segundo IBGE (2016), era de 1.396 pessoas. O município apresentou R\$ 22.018,09 de Produto Interno Bruto per capita (IBGE 2019), e uma renda média domiciliar per capita de R\$ 470,08 segundo o censo 2010 (IPARDES, 2021).

Os valores da renda per capita mensal registrados, em 2000 e 2010, mostram que houve crescimento da renda no município, entre os anos mencionados. A renda per capita mensal no município era de R\$ 317,77, em 2000, e de R\$ 472,29, em 2010, a preços de agosto de 2020 (ATLAS BRASIL, 2021). Entre os principais produtos produzidos pelo município estão a soja, trigo, cana de açúcar, café, milho e laranja (gráfico 1). Essa produção foi direcionada, na sua maioria, para a exportação.

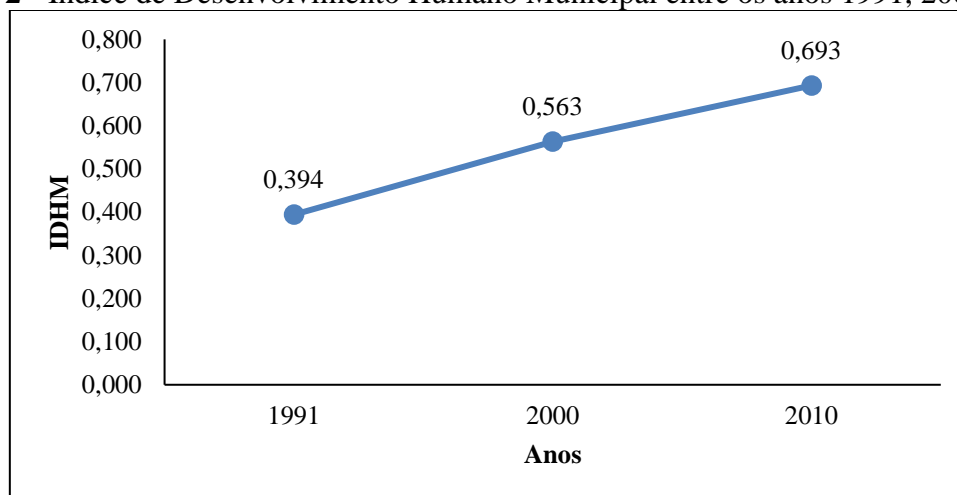
Gráfico 1 – Ano x Produto das lavouras temporárias e permanentes.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org. Os autores (2021).

O IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano do município é 0,693, classificado como índice mediano (valor que pode variar de 0,600 a 0,699), segundo a faixa de desenvolvimento humano municipal, sendo assim, apresenta-se a taxa mais alta desde 1991, quando seu valor era de 0,394, considerado um índice baixo (valores até 0,499). Vale ressaltar que de 2000 para 2010 teve um aumento de 23,98% (Gráfico 2) (IBGE, 2021).

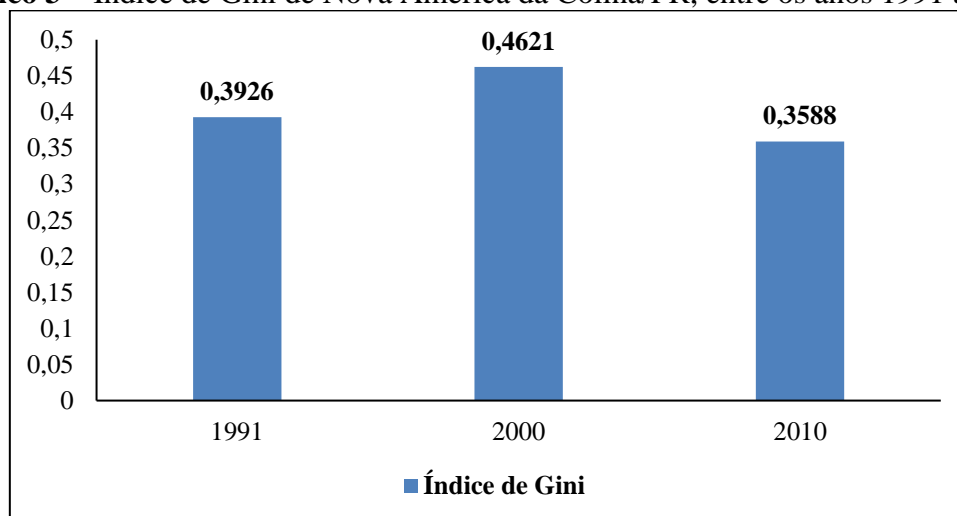
Gráfico 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal entre os anos 1991, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2021). Org. Os autores (2021).

O Índice de Gini é um instrumento criado para medir o grau de concentração de renda de um determinado grupo, a fim de mostrar a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Sendo assim, quanto mais próximo de 0, menos desigual. No município de Nova América da Colina, o índice de Gini diminuiu em 2010 para 0,3588 se comparar aos demais anos (1991 e 2000) que foi de 0,4621 e 0,3926 respectivamente (Gráfico 3) (DATASUS, 2021).

Gráfico 3 – Índice de Gini de Nova América da Colina/PR, entre os anos 1991 a 2010.

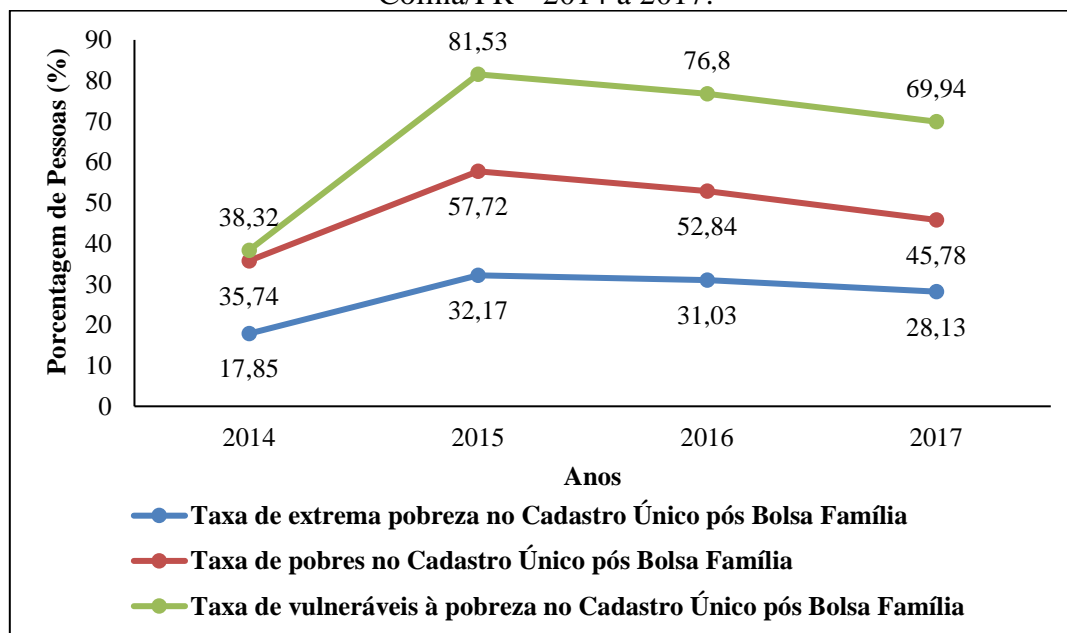


Fonte: DATASUS (2021). Org. Os autores (2021).

Em relação aos índices de pobreza no município de Nova América da Colina, em 2000, 3,18% da população do município eram extremamente pobres, 24,97% eram pobres e 63,70% eram vulneráveis à pobreza, já em 2010, essas proporções era de 0,82%, 6,25% e 26,31%, respectivamente (ATLAS BRASIL, 2021).

Para o Atlas de Desenvolvimento Humano, pessoas com renda familiar mensal per capita inferior a R\$ 70,00, R\$ 140,00 e R\$ 255,00 são consideradas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza, respectivamente (valores em 1º de agosto de 2010). Analisando as informações do Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico), a proporção de pessoas extremamente pobres (renda familiar mensal per capita inferior a R\$ 70,00) cadastradas no CadÚnico passou de 17,85% após o recebimento do Bolsa Família em 2014 para 28,13% em 2017. A proporção de pobres (renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00) cadastrada em 2014 foi de 35,74% para 45,78% em 2017. Por fim, após o recebimento do Bolsa Família, a proporção da população vulnerável (renda familiar mensal per capita inferior a R\$ 255,00) foi de 38,32% em 2014 para 69,94% em 2017 (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução das proporções de extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza inscritas no Cadastro Único após o bolsa família no município – Nova América da Colina/PR - 2014 a 2017.



Fonte: ATLAS BRASIL (2021). Org. Os autores (2021).

Diante do exposto, se fez necessário relatar os motivos que levaram a esses resultados em Nova América da Colina, com alto índice de pobreza, mesmo com tantas pessoas recebendo o benefício do Programa Bolsa Família. Esses resultados se devem ao fato da indústria de cana de açúcar, uma empresa de grande empregabilidade no município, ter entrado em crise

econômica, gerando vários problemas socioeconômicos, principalmente o desemprego de várias pessoas. Isso impactou diretamente as famílias do município, que ficaram sem renda, e por isso houve um aumento na taxa de pobreza e a busca pelo Programa Bolsa Família, além de gerar migrações de famílias para outros municípios.

A empresa Destilaria Americana S/A (DASA) pertencia à família Baggio e começou a ser construída em 1981 e concluída em 1983. Sua primeira produção de aguardente foi em 1984, em que foi produzido 12 milhões de litros e 6 milhões de litros de álcool, aumentando sua produção de álcool a cada ano, dando preferência a essa produção, pois era o produto que mais obtinha venda garantida no mercado. A Destilaria Americana S/A gerava empregos fixos à população do município, além daqueles funcionários que prestavam serviços temporários em época de safra. Esses empregos garantiam uma grande melhoria na qualidade de vida da população, aumento na renda familiar, além de contribuir para o aumento de arrecadação de impostos do município (SANCHES, 2010).

Conforme apontado por Silva e Fernandes (2019), na década de 2010, a Destilaria Americana S/A começou a enfrentar problemas econômicos, e em 14 de outubro de 2011 a empresa ingressou com Plano de Recuperação Judicial, mas foi apenas no final da década de 2010, que foi possível começar a identificar a crise econômica no município.

Conforme os dados da Tabela 1, verificou-se um aumento do PIB no município entre os anos 2005 e 2015, passando de R\$ 7.225,00 para R\$ 21.209,00, e o PIB a preços correntes, triplicou de R\$ 23.546,00 para R\$ 75.354,00. Entretanto, ao comparar o ano de 2018 com de 2015, observou-se que o PIB per capita ficou praticamente estável, sem aumento expressivo, enquanto o PIB a preços correntes, neste mesmo período, diminuiu. Dessa forma, verificou-se que a partir daí, o cenário da crise econômica no município começou a ser visível.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto (PIB) do município de Nova América da Colina – PR, entre os anos de 2005 e 2018.

Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2018
PIB per capita (R\$ 1,00)	7.225	9.089	17.977	15.214	17.465	21.209	21.432
PIB preços correntes (R\$ 1.000,00)	23.546	29.977	59.883	52.792	62.175	75.354	74.069

Fonte: IPARDES (2021). Elab. Org. Os autores (2021).

Conforme Silva e Fernandes (2019), de acordo com os dados do Caged, entre os anos 2016 a 2018, em relação ao saldo da geração de emprego em Nova América da Colina, o setor

industrial perdeu 197 empregos neste período, 160 deles sendo apenas no ano de 2018. Diante deste cenário, no final do ano 2017 e durante o ano de 2018, toda a população do município sentiu o efeito do problema financeiro da DASA, principalmente quando os pagamentos dos salários dos trabalhadores passaram a atrasar. Houve uma diminuição do consumo no comércio e nos serviços locais, além dos funcionários não conseguirem honrar os seus compromissos por falta de salário (SILVA; FERNANDES, 2019).

Em meio a esta crise causada pelos problemas socioeconômicos da empresa, muitos moradores migraram para outras cidades em busca de uma melhor qualidade de vida, o que segundo Silva e Fernandes (2019), era para ter sido comprovado no Censo Demográfico de 2020, até o momento ainda não houve o Censo, que está previsto para acontecer no ano de 2022.

A partir deste cenário, é notório que tal empresa desestruturou toda a economia do município, deixando vários trabalhadores desempregados e em condições precárias para se obter o mínimo para viver. Desta forma, houve um aumento na taxa de pobreza do município, como relatado anteriormente, fazendo com que as famílias buscassem o Programa Bolsa Família a fim de serem atendidas por este programa, mostrando então a importância do programa para seus beneficiários.

O município possuía no mês de setembro de 2021, 924 famílias cadastradas no Cadastro Único, o que equivale a 3.049 pessoas, isso corresponde a um total de 89,04% da população do município em situação de vulnerabilidade social. No mês de setembro de 2021, 215 famílias receberam o Bolsa Família, totalizando 709 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa, sendo 81,7% dos responsáveis familiares do sexo feminino, totalizando 20,72% da população de Nova América da Colina (SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2021) (Tabela 2).

Tabela 2 – Dados do Programa Bolsa Família no Município de Nova América da Colina – PR, setembro de 2021.

Famílias beneficiárias do PBF	Pessoas diretamente beneficiadas pelo PBF	Famílias cadastradas no Cadastro Único	População total do município corresponde a famílias beneficiárias pelo programa	População está em situação de vulnerabilidade social
215	709	924	20,72%	89,04%

Fonte: SEDS (2021). Org. Os autores (2021).

Analisando as informações apresentadas na tabela 2, conclui-se que 68,32% da população em situação de vulnerabilidade social não tem acesso ao PBF. Infelizmente, muitas famílias que não têm renda suficiente para sobreviver precisam recorrer ao programa devido ao desemprego e, em alguns casos, para receber ajuda com a cesta básica oferecida pela Ação Social do município.

Em setembro de 2021, foram transferidos R\$ 18.808,00 para as famílias cadastradas no programa. O benefício médio repassado foi de R\$ 73,18 por família, valor que indica a falta de renda, o que ocasiona baixo consumo e estabelece uma qualidade de vida abaixo do desejado.

Desta forma, é importante destacar que o PBF, em Nova América da Colina, na sua premissa de transferir um pouco de renda para quem não tem nenhuma, vai além da mera doação pecuniária para alívio imediato da pobreza e da extrema pobreza. As famílias em situação de extrema pobreza e fome conseguem por direito, além de pelo menos comer, ter o acompanhamento escolar de seus filhos e de os manterem na escola, mesmo que de forma obrigada. Às vezes tem o acesso aos cuidados básicos de saúde, como a vacinação, controle da nutrição e de crescimento da criança, acompanhamento do pré e pós-natal das gestantes, entre outras ações que buscam promover a cidadania dessas famílias e sua inclusão social.

Para melhor demonstrar a vulnerabilidade social territorializada em Nova América da Colina, verificou-se que em agosto de 2020, 968 pessoas receberam o auxílio emergencial, o que corresponde a 28,19% da população do município, sendo repassado um montante de R\$ 580.800,00. O auxílio emergencial foi um plano de renda mínima desenvolvido pelo Governo Federal Brasileiro para os grupos mais vulneráveis durante a pandemia da COVID-19. O objetivo do auxílio financeiro foi reduzir o impacto econômico da pandemia da COVID-19 no Brasil (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2020).

Estabelecer qualidade de vida mais digna às famílias mais pobres, em extrema pobreza e vulneráveis a pobreza, em situação de fome, em Nova América da Colina é extremamente emergencial. Pois, a fome e a pobreza são fenômenos de várias dimensões, sendo vista, inicialmente, como carência de renda. Assim, observando a pobreza por um ângulo mais abrangente, essa pode ser considerada como uma privação de capacidades, ou seja, os nova-colinenses Para eles, a pobreza e a fome representam a restrição de não poder ter acesso a bens e serviços, como educação e saúde de qualidade, não poder exercer direitos civis e políticos, entre outras restrições.

Considerações finais

A pesquisa buscou compreender sobre a territorialização da fome e a pobreza no município de Nova América da Colina – PR, partindo que este se trata de um município polarizado por uma pequena cidade. A pesquisa foi desenvolvida a partir de dados do Programa Bolsa Família a fim de retratar a atual situação do município, sendo impossível ignorar o que o programa representa para essas famílias, principalmente no que se refere ao combate à fome e a pobreza neste município.

Diante disso, destaca-se que a erradicação da fome e da pobreza requerem políticas sociais abrangentes e integradas, que combinem ações de curto e longo prazo. Dentre as políticas sociais que devem ser implementadas para acabar com a fome, destacam-se a melhoria das condições de vida das populações mais vulneráveis, a distribuição de renda, a promoção do emprego e geração de renda, o fortalecimento da agricultura familiar, a garantia de acesso à água e saneamento básico, o acesso à educação e à saúde, a promoção de políticas de segurança alimentar e nutricional. Para que essas políticas sejam efetivas, é necessário um compromisso real e contínuo dos governos em todas as esferas e da sociedade em geral, em assegurar a efetivação dos direitos humanos e a garantia do acesso aos recursos necessários para uma vida digna para todos.

Foi constatado por meio deste estudo que a economia de Nova América da Colina estava fortemente centrada na empresa Destilaria Americana S/A, cujo encerramento de suas atividades provocou um desequilíbrio econômico na região, resultando em desemprego e na diminuição de consumo no comércio local. Este fato, pode ter contribuído para o aumento de pessoas registradas no CadÚnico, de beneficiários do PBF bem como no aumento de pessoas em situação de fome e pobreza.

Por fim, enfatiza-se que tal pesquisa trouxe contribuição para o âmbito geográfico, para a administração pública e toda a sociedade, e seus resultados podem ajudar os profissionais que atuam nesta área a planejar ações e estratégias diferentes das já aplicadas, além de poder abrir novos caminhos para novas pesquisas a fim de aprofundar sobre temas relacionados às políticas sociais.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. 1 ed. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

ALCÂNTARA, Lúcio Gonçalo. **Fome no Brasil**. Coleção de Ideias. n. 3, 2000, 33 p.

ATLAS BRASIL. ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Perfil Municipal**. 2021. Disponível em < <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/411660> >. Acesso em 20 de outubro de 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, convertida na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 out.2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/132.htm >. Acesso em 19 de julho de 2021.

BRASIL. Medida Provisória nº 64 de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 de fev.2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm >. Acesso em 14 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Volume I. Brasília, DF: MDS, 2010.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. 494 p.

CAPARRÓS, Martín. **A Fome**. Tradução de Luís Carlos Cabral. 1ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 714p.

CASTRO, Josué Apolônio de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão e aço**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, Ed. 14, 2001.

CASTRO, Josué Apolônio de. **Geopolítica da Fome: Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo**. 6ª ed. v.1. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

DATASUS. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. Índice de Gini. Disponível em <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginipr.def> >. Acesso em 03 de novembro de 2021

DE, MELO, Deivid; PEREIRA, Marina, DE LIMA, Rafael Alves, WILLIAMS ALVES, Wagner; LUDKA, Vanessa Maria. TERRITÓRIO E FOME, CONCEITOS E REFLEXÃO. **Relações Internacionais no Mundo**, v. 1, n. 21, 2016.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de. Uma abordagem fenomenológica da fome. **Rev. Nutr., Campinas**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 53-69, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/nova-america-da-colina/panorama> >. Acesso em 22 de agosto de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tamanho da Família Brasileira**. 2016. Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/biblioteca/274-teen/mao-na-roda/1770-a-familia-brasileira.html>>. Acesso em: 16 dez. 2021.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico**. Município de Nova América da Colina. Novembro de 2021. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86230&btOk=ok>>. Acesso 03 de novembro de 2021.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a fome e a pobreza com permanência da guerra: cenário paradoxo no Sul do Brasil**. 2016. 223 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, 2016.

Ludka, V. M., Pereira, S. A., & Mello, A. J. O. de. (2022). O Programa Bolsa Família e o aumento da fome e da pobreza no Norte Pioneiro do Paraná. **GEOGRAFIA (Londrina)**, 31(2), 151–171.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, DF: Assessoria Fome Zero, v.2, 2010. p.288. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Fome%20Zero%20Vol2.pdf>. Acesso em: 16 de março 2022.

MDS. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia#:~:text=O%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20%C3%A9%20um,e%20%C3%A0%20desigualdade%20no%20Brasil.&text=Em%20n%C3%ADvel%20federal%2C%20o%20Minist%C3%A9rio,agente%20que%20executa%20os%20pagamentos>. Acesso em: 31 de setembro de 2021.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estud. av.** vol. 9 no.24 São Paulo May/Aug. 1995.

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021.

PEREIRA, Sérgio Augusto. **Mapa da localização do Município de Nova América da Colina-PR**. Imagem JPEG, color, 1116 x 470 pixels, 2020.

PORTAL TRANSPARÊNCIA. **Detalhamento dos Benefícios ao Cidadão**. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/beneficios/consulta?tipoBeneficio=6&ordenarPor=municipio&direcao=asc>. Acesso em: 18 de jan. 2021.

PROJETO FOME ZERO. **Uma Proposta de Segurança Alimentar para o Brasil**. IC (2001).

SANCHES, Eliana Mara. **Cinquentenário de Nova América da Colina: Histórias de Lutas e Conquistas**. Cornélio Procópio – PR: 2010.

SANTOS, Milton Almeida dos. **Pobreza Urbana**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2009.

SEDS. SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Bolsa Família: Perguntas Frequentes**. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario>. Acesso em: 17 de ago. 2021.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Angela Aparecida da. FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. A Influência da Crise de uma Agroindústria no Contexto Socioeconômico de Dependência de Nova América da Colina (PR). 2019. **Geolingá: Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia**. Maringa, v.11, n2, p. 51-71, 2019.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.

ZIEGLER, Jean. **Destruição massiva: Geopolítica da fome**. Editora Cortez. São Paulo. 2012.

Artigo recebido em 23-03-2022

Artigo aceito para publicação em 06-03-2023